

Ventos de Santa
Sofia Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A
Maracanaú – CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 30 de abril de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de Santa Sofia Energias Renovaveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.554	49.174.612	Fornecedores	-	817.021	475.744
Aplicações financeiras	5	5.087.425	-	Empréstimos e financiamentos	9	5.776.297	-
Contas a receber de clientes	6	705.998	-	Partes relacionadas - fornecedores	16	39.855	529.405
Impostos a recuperar	-	87.511	31.827	Obrigações fiscais	-	956.983	70.725
Adiantamento fornecedor	-	33.512	51.716	Obrigações trabalhistas	-	54.014	-
Partes relacionadas - outros créditos	16	5.533.573	-	Outras contas a pagar	-	50.880	20.305
Despesas antecipadas	7	206.930	37.733	Obrigações com arrendamentos	-	-	14.386
Total do Ativo Circulante		11.681.503	49.295.888	Total do Passivo Circulante		7.695.050	1.110.565
Aplicações financeiras vinculadas	5	520.824	-	Empréstimos e financiamentos	9	208.803.660	63.988.874
Despesas antecipadas	7	903.138	2.762.480	Total do Passivo Não circulante		208.803.660	63.988.874
Realizável a longo prazo		1.423.962	2.762.480	Patrimônio líquido	10		
Imobilizado	8	257.147.911	70.828.174	Capital social		60.260.000	60.260.000
Intangível	-	193.572	193.572	Prejuízos acumulados		(6.311.762)	(2.279.325)
		257.341.483	71.021.746	Total do Patrimônio líquido		53.948.238	57.980.675
Total do Ativo Não Circulante		258.765.445	73.784.226	Total do Passivo		216.498.710	65.099.439
Total do Ativo		270.446.948	123.080.114	Total do Passivo e Patrimônio líquido		270.446.948	123.080.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Ventos de Santa Sofia Energias Renovaveis S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	12	6.966.443	-
Custos operacionais	13	<u>(1.687.191)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		5.279.252	-
Despesas gerais ou administrativas	14	(1.004.054)	(1.276.814)
Outras despesas operacionais	-	<u>(998)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das (despesas) e receitas financeiras líquidas e tributos		4.274.200	(1.276.814)
Receitas financeiras	15	258.651	8.396
Despesas financeiras	15	<u>(7.765.133)</u>	<u>(20.432)</u>
Despesas e receitas financeiras líquidas	-	(7.506.482)	(12.036)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(3.232.282)	(1.288.850)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	<u>(800.155)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.032.437)</u>	<u>(1.288.850)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	<u>(4.032.437)</u>	<u>(1.288.850)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado abrangente total	<u>(4.032.437)</u>	<u>(1.288.850)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Ventos de Santa Sofia Energias Renovaveis S.A.

Demonstração de mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	<u>26.225.170</u>	<u>(4.343.700)</u>	<u>(990.475)</u>	<u>20.890.995</u>
Capital subscrito	34.034.830	(34.034.830)	-	-
Capital integralizado	-	38.378.530	-	38.378.530
Prejuízo do exercício	-	-	(1.288.850)	(1.288.850)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>60.260.000</u>	<u>-</u>	<u>(2.279.325)</u>	<u>57.980.675</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	<u>60.260.000</u>	<u>-</u>	<u>(2.279.325)</u>	<u>57.980.675</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(4.032.437)	(4.032.437)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>60.260.000</u>	<u>-</u>	<u>(6.311.762)</u>	<u>53.948.238</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício		(4.032.437)	(1.288.850)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	8	675.000	20.792
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	6.689.182	-
Juros sobre arrendamentos		-	1.676
Rendimento de aplicação	15	(258.426)	-
		3.073.319	(1.266.382)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(705.998)	-
Impostos a recuperar		(55.684)	(31.827)
Adiantamentos a fornecedores		18.204	(51.692)
Despesas antecipadas		1.690.145	(2.783.209)
Partes relacionadas - outros créditos		(5.533.573)	-
Fornecedores		341.277	475.744
Partes relacionadas - fornecedores		(489.550)	-
Obrigações trabalhistas		54.014	-
Obrigações fiscais		886.257	70.166
Outras contas a pagar		30.575	20.305
Obrigações com arrendamentos		(14.386)	-
Caixa gerado utilizado nas atividades operacionais		(705.400)	(3.566.895)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(5.349.823)	-
Aquisição de imobilizado	8	(186.994.737)	(47.777.120)
Capitalização de imobilizado	9	14.030.757	-
Aquisição de intangível		-	(26.680)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(178.313.803)	(47.803.800)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital		-	38.378.530
Partes relacionadas		-	455.350
Obrigações com arrendamento		-	(23.244)
Captações de empréstimos e financiamentos	9	133.933.000	61.726.602
Custo de captação	9	(4.061.855)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		129.871.145	100.537.238
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(49.148.058)	49.166.543
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	49.174.612	8.069
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	26.554	49.174.612
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(49.148.058)	49.166.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Sofia Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800 , sala 227 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 23 de janeiro de 2018.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria nº 16, de 09 de janeiro de 2019 do Ministério de Minas e Energia (MME) . O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho nº 1.653 de 06 de junho de 2019. De acordo com o despacho nº 3.689 de 18 de novembro de 2021, iniciou operação comercial a partir de 19 de novembro de 2021 quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

A Companhia tem por objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Martina 14; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir da EOL Martina 14; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Impactos sobre Covid-19 (coronavírus)

Em março de 2020, foi declarada pelas autoridades sanitárias internacionais e brasileiras a existência da pandemia do Covid-19. Assim como todas as empresas, a Companhia tem acompanhado todas as medidas sanitárias impostas e os reflexos econômicos causados pelas medidas de isolamento e pelo aumento da pandemia. De maneira mais específica, a Companhia identificou as seguintes questões peculiares:

- Necessidade de redução do número das equipes de campo e adoção de medidas extras de isolamento social e proteção individual;
- Existência de decretos municipais e estaduais que vedaram a circulação de pessoas e veículos em certas áreas; e
- Necessidade de apresentação de planos de ações para prefeituras com a finalidade de se permitir a manutenção dos serviços essenciais previstos na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 e Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus.

Apesar das medidas impostas, não houve efeitos econômicos e financeiros para a Companhia, visto que sua atividade principal é relacionada à geração de energia elétrica e os custos e despesas para continuidade das suas atividades serão mantidos através de suas operações de venda de energia futura, empréstimos e aportes de seus acionistas, adicionalmente a Companhia iniciou suas operações pós período pandêmico. Também não houve impacto no cronograma de implantação.

A Companhia adotou rígido protocolo de prevenção à pandemia em todas as suas unidades, preservando, assim, a saúde de seus colaboradores e evitando a propagação do vírus. Dentre as medidas, ressalta-se, o cancelamento de viagens nacionais, suspensão de reuniões presenciais, adoção de home office, adoção de distanciamento social, rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras.

A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, sempre que necessárias, com a finalidade de manter a segurança de seus colaboradores.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) *Compensação*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim

do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia considerando o regime de tributação atual. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A Companhia não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos os valores não são conhecidos.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2021

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados na nota 9, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao IPCA.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	5.087.425	Variação do CDI	5.087.425	5.101.571	5.104.400
Efeito no resultado	256.029	-	256.029	270.175	273.004
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	520.824	Rendimentos em FI	520.824	521.122	521.182
Efeito no resultado	2.397	-	2.397	2.695	2.755
Saldo de empréstimos e financiamentos	(214.579.957)	IPCA	(214.579.957)	(215.421.122)	(215.589.355)
Efeito no resultado	(6.689.182)	-	(6.689.182)	(7.530.347)	(7.698.580)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	26.554	14.404
Aplicações financeiras	-	49.160.208
Total	<u>26.554</u>	<u>49.174.612</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco BTG Pactual S.A e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 103,5% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03 (R2), foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras (a)	5.087.425	-
Aplicações financeiras vinculadas (b)	520.824	-
Total	<u>5.608.249</u>	<u>-</u>
Ativo circulante	5.087.425	-
Ativo não circulante	520.824	-

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas no Banco Alfa de Investimento S.A. e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas principalmente pela variação de 85% do CDI e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco Citibank Brasil em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento celebrado com a instituição financeira em 24 de junho de 2020, onde as liberações foram realizadas a partir de dezembro de 2021. Conforme instrumento de crédito, o fundo de liquidez será mantido por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao Contrato de Financiamento. Os valores são

aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 4,14 % no ano de 2021.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização de Energia (a)	<u>705.998</u>	-
	<u><u>705.998</u></u>	<u><u>-</u></u>

- (a) Refere-se a saldo de exposição positiva nas operações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, bem como por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021, todo o saldo a receber está a vencer.

7 Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios de seguro a apropriar	-	340.773
Custo de empréstimos (a)	279.754	2.459.080
Outros seguros a apropriar	<u>830.315</u>	<u>360</u>
	<u><u>1.110.069</u></u>	<u><u>2.800.213</u></u>
Ativo circulante	206.930	37.733
Ativo não circulante	903.138	2.762.480

- (a) Conforme item 19 do CPC 08 (R1), os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. A baixa do saldo se dará na captação dos recursos ou se a operação não se concretizar.

8 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Custos e tarifas de leilão	-	-	-	-	13.248
Edificações	3,33% a 4%	27.990.679	(82.818)	27.907.861	-
Licenciamento ambiental	-	-	-	-	1.347.972
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	229.814.346	(574.296)	229.240.050	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	47.027.171
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	22.429.387
Ativo de direito de uso	-	-	-	-	<u>10.396</u>
Total	<u>-</u>	<u><u>257.805.025</u></u>	<u><u>(657.114)</u></u>	<u><u>257.147.911</u></u>	<u><u>70.828.174</u></u>

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2020	Adições	Transferencias	Depreciação	31/12/2021
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	(13.248)	-	-
Edificações	-	-	27.990.679	(82.818)	27.907.861
Licenciamento ambiental	1.347.972	-	(1.347.972)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	229.814.346	(574.296)	229.240.050
Adiantamento a fornecedores de Imobilizado	47.027.171	141.902.031	(188.929.202)	-	-
Imobilizado em andamento	22.429.387	45.085.216	(67.514.603)	-	-
Ativo de direito de uso	10.396	7.490	-	(17.886)	-
Total	70.828.174	186.994.737	-	(675.000)	257.147.911

	31/12/2019	Adições	Depreciação	31/12/2020
Custos e tarifas de leilão	13.248	-	-	13.248
Licenciamento ambiental	204.062	1.143.910	-	1.347.972
Adiantamento a fornecedores de Imobilizado	20.340.668	26.686.503	-	47.027.171
Imobilizado em andamento	220.408	22.208.979	-	22.429.387
Ativo de direito de uso	29.727	1.461	(20.792)	10.396
Total	20.808.113	50.040.853	(20.792)	70.828.174

9 Empréstimos e financiamentos

Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Martina 01, no valor de R\$ 212.691.000 para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, (ii) pela taxa de juros prefixada de 1,83 % (dois inteiros e vinte e seis por cento) ao ano e (iii) pelo spread do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de 2,38% (dois inteiros e trinta e oito por cento) ao ano. O período total de pagamento é de 228 meses com carência de 32 meses. Os covenants do contrato firmado são aqueles usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do Empreendimento; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato.

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		<u>214.579.957</u>	<u>63.988.873</u>
		<u>214.579.957</u>	<u>63.988.873</u>

b. Movimentação da conta

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	<u>63.988.874</u>	<u>-</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	133.933.000	62.793.216
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	6.689.182	2.262.272
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14.030.757	-
Capitalização de imobilizado	(4.061.855)	(1.066.614)
Custo de captação (a)	<u>214.579.957</u>	<u>63.988.874</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>5.776.297</u>	<u>-</u>
Circulante	208.803.660	63.988.874
Não circulante		

(a) O custo de captação não teve efeito caixa durante o ano de 2021.

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	<u>31/12/2021</u>	
	Valor	%
2023	11.272.528	5%
2024	11.272.528	5%
2025	11.272.528	5%
2026	11.272.528	5%
2027	11.272.528	5%
2028	11.272.528	5%
2029	11.272.528	5%
2030	11.272.528	5%
2031	11.272.528	5%
2032	11.272.528	5%
2033	11.272.528	5%
2034	11.272.528	5%
2035	11.272.528	5%
2036	11.272.528	5%
2037	11.272.528	5%
2038	11.272.528	5%
2039	11.272.528	5%
2040	11.272.528	5%
2041	5.898.156	3%
Total	<u>208.803.660</u>	<u>100%</u>

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 60.260.000 (R\$ 60.260.000 em 2020) e está representado por 60.260.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2021		31/12/2020	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
Ventos de Santa Sofia Holding S.A.	100,00%	60.260.000	100,00%	60.260.000
Total	100,00%	60.260.000	100,00%	60.260.000

11 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Energia elétrica de curto prazo – geração própria	7.230.351	-
PIS	(46.997)	-
Cofins	(216.911)	-
Total	6.966.443	-

12 Custos operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Mão-de-obra	(165.526)	-
Amortizações e depreciações	(675.000)	-
Outros custos	(106.394)	-
Serviços - pessoa jurídica	(58.576)	-
Gastos operacionais – geração energia	(440.200)	-
Seguros	(235.351)	-
Gastos com propriedades	(6.144)	-
Total	(1.687.191)	-

13 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Taxas e emolumentos	-	(16.666)
Serviços terceiros	(238.900)	(6.672)
Gastos diversos	-	(75.610)
Despesas com seguros	-	(76.130)
Despesas com pessoal	-	(23.136)
Despesas com relações com o mercado	(538)	-
Despesas legais	(84.872)	-
Despesas com tributos	(1.216)	(20.071)
Despesas com cartório	-	(40.001)
Compartilhamento de despesa (a)	(678.528)	(902.045)
Despesas com publicações	-	(34.546)
Indenizações	-	(61.145)
Depreciação	-	(20.792)
Total	(1.004.054)	(1.276.814)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

14 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações (a)	258.426	8.396
Juros por inadimplência CCEE	225	-
	258.651	8.396
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.689.182)	-
Multas e juros passivos	(5.880)	-
Comissão de fiança	(944.103)	-
Amortização custo de empréstimos pre - operacional	(16.601)	-
Juros pagos a fornecedores	(6.478)	-
Juros pagos	-	(5)
Juros sobre direito de uso	(1.293)	-
Tarifas bancárias	(101.596)	(2.727)
Juros de arrendamentos	-	(1.677)
Comissões e outras despesas bancárias	-	(15.983)
Multas	-	(40)
	(7.765.133)	(20.432)
Total	(7.506.482)	(12.036)

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2020

Passivo	
Partes relacionadas- fornecedores (a) (b)	529.405
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	902.045

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas- outros créditos (b) (c)	5.533.573
Passivo	
Partes relacionadas- fornecedores (a) (b)	39.855
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	678.530

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui contratos de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 05 de julho de 2018, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros não derivativos contratados com terceiros discriminam-se como segue:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	26.554	26.554	49.174.612	49.174.612
Aplicação financeira	5.608.249	5.608.249	-	-
Contas a receber de clientes	705.998	705.998	-	-
Adiantamento a fornecedor	33.512	33.512	51.716	51.716
Partes relacionadas - outros créditos (ativo)	5.533.573	5.533.573	-	-
Fornecedores	(817.021)	(817.021)	(475.744)	(475.744)
Empréstimos e financiamentos	(214.579.957)	(214.579.957)	(63.988.874)	(63.988.874)
Obrigações com arrendamentos	-	-	(14.386)	(14.386)
Partes relacionadas (passivo)	(39.855)	(39.855)	(529.405)	(529.405)
Outras contas a pagar	(50.880)	(50.880)	(20.305)	(20.305)
Total	<u>(203.579.827)</u>	<u>(203.579.827)</u>	<u>(15.802.386)</u>	<u>(15.802.386)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

§

17 Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IR/CS corrente	<u>(800.155)</u>	<u>-</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	7.230.351	-
Aliquota de presunção	8%	-
Lucro presumido	578.428	-
IRPJadicional / Outras receitas não operacionais (a)	1.673.000	-
Aliquota vigente	25%	-
Imposto de renda corrente	(562.857)	-
CSLL/alíquota de presunção	12%	-
CSLL /Lucro presumido	867.642	-
Outras receitas não operacionais (a)	1.769.001	-
Aliquota vigente	9%	-
Contribuição social corrente	(237.298)	-

(a) Trata-se de receitas financeiras.

Em 2020 a Companhia era optante pelo regime tributário do lucro presumido e apurou prejuízo. As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 14.a.

19. Contingências

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.